

COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA  
D.J. 06.10.2006  
EMENTÁRIO Nº 2 2 5 0 - 3

17/11/1992

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 69.881-6 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
PACIENTE : VICTOR LUCIANO  
IMPETRANTE : VICTOR LUCIANO  
COATOR : TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DO ESTADO DE  
SÃO PAULO

E M E N T A: "**HABEAS CORPUS**" - DELITO COMETIDO CONTRA AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL S/A - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA FEDERAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL - SÚMULA 508/STF - PEDIDO INDEFERIDO.

- Os delitos praticados contra bens, serviços ou interesse de sociedade de economia mista federal, como o Banco do Brasil S/A, **não se incluem** na esfera de competência penal da Justiça Federal (CF, art. 109, IV). **Cabe**, desse modo, ao Poder Judiciário do Estado-membro, **apreciar** as causas penais em que figure, como sujeito passivo da ação delituosa, **qualquer** sociedade de economia mista federal. **Precedentes**.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Primeira Turma**, sob a Presidência do Ministro Moreira Alves, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em indeferir** o pedido de "*habeas corpus*", **nos termos** do voto do Relator.

Brasília, 17 de novembro de 1992.



CELSON DE MELLO - RELATOR



17/11/1992

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 69.881-6 SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
PACIENTE : VICTOR LUCIANO  
IMPETRANTE : VICTOR LUCIANO  
COATOR : TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DO ESTADO DE  
SÃO PAULO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do ilustre Subprocurador-Geral, Dr. MARDEM COSTA PINTO, assim resumiu e apreciou a hipótese versada nesta impetração (fls. 29/30):

**"Competência - Crime de roubo praticado contra agência do Banco do Brasil S/A - Tratando-se de sociedade de economia mista não há falar-se em crime da alçada federal, competindo à Justiça Estadual comum processar e julgar o feito.**

**Trata-se de habeas corpus** impetrado por Victor Luciano, em seu próprio benefício, alegando e requerendo o seguinte:

a) **foi condenado** pelo Juiz da Vara Distrital de Paulínea-SP, em seis anos e três meses de reclusão e multa, como incurso nas penas do art. 157, § 2º, incisos I e II, em combinação com o art. 70, ambos do Código Penal (fls. 10/13), decisão integralmente confirmada pelo Egrégio Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo (fls. 15/20);

b) **espera** a concessão da ordem para anular o processo, por incompetência absoluta da Justiça Estadual, já que o crime foi praticado contra o Banco do Brasil S/A.



2. O presente **habeas corpus** deve ser conhecido mas, no mérito, denegada a ordem.

3. É que à Justiça Federal compete processar e julgar as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas (art. 125, inciso IV da CF de 1967 e art. 109, inciso IV da CF de 1988).

4. Como o Banco do Brasil não é autarquia federal, nem empresa pública federal, tratando-se de sociedade de economia mista, não há falar-se em competência da Justiça Federal para processar e julgar crime praticado contra tal entidade.

5. Pelo exposto, somos pelo conhecimento e denegação da ordem." (grifei)

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): O paciente foi condenado, por magistrado estadual, pela prática do delito de roubo qualificado **cometido** contra agência do Banco do Brasil S/A localizada na cidade de Paulínia/SP.

O impetrante sustenta a nulidade desse ato decisório - e de toda a persecução penal - fundado na incompetência absoluta da Justiça do Estado-membro para processar e julgar causas penais em que figure, **como vítima**, o Banco do Brasil S/A.

**Não assiste razão** ao ora paciente, **eis que** a Carta Política, **ao definir**, no art. 109, IV, **a competência penal** da Justiça federal comum, **não incluiu**, em suas atribuições jurisdicionais, **o poder** para processar e julgar os delitos cometidos contra bens, serviços e interesse **das sociedades de economia mista federais**.

O Banco do Brasil S/A constitui, nos termos de formulação conceitual consagrada pelo Decreto-lei nº 200/67, **na redação dada** pelo Decreto-lei nº 900/69 (art. 5º, III), sociedade de economia mista federal.



**Essa qualificação jurídica** do Banco do Brasil S/A **tem sido reconhecida** pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (RTJ 48/208, Rel. Min. ADAUCTO CARDOSO), **em orientação consolidada na Súmula 508**, cujo enunciado reconhece competir, "(...) **à Justiça Estadual**, em ambas as instâncias, processar e julgar as causas em que for parte o Banco do Brasil S/A" (grifei).

**Disso emerge** a clara e incontestável competência do Poder Judiciário **do Estado-membro** para apreciar as causas penais **em que figure**, como sujeito passivo da ação delituosa, **qualquer** sociedade de economia mista federal, **a cuja noção** subsume-se, juridicamente, o Banco do Brasil S/A.

**Ao contrário** do que sustenta o impetrante, o Banco do Brasil S/A **não constitui** empresa pública federal, **mas** - tal como anteriormente enfatizado - **sociedade de economia mista** criada pela União.

**Desse modo**, não se vislumbra, no caso, **qualquer** situação de injusto constrangimento ao "status libertatis" do paciente, que se viu condenar, em face da prática de delito contra o patrimônio do Banco do Brasil S/A, por órgão **plenamente** competente da Justiça estadual.



A regra de competência penal, **consubstanciada** no art. 109, IV, da Constituição, **não pode ser invocada**, conseqüentemente, na espécie, como fundamento jurídico da pretensão deduzida pelo ora impetrante.

Sendo assim, **indefiro** o pedido.

É o meu voto.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 69.881-6**

**PROCED.: SÃO PAULO**

**RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO**

**PACTE.: VICTOR LUCIANO**

**IMPTE.: VICTOR LUCIANO**

**COATOR: TRIBUNAL DE ALÇADA CRIMINAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Decisão:** A Turma indeferiu o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator. Unânime. 1ª. Turma, 17.11.1992.

Presidência do Senhor Ministro Moreira Alves. Presentes à sessão os Senhores Ministros Octavio Gallotti, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello e Ilmar Galvão.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Miguel Frauzino Pereira.

  
Ricardo Dias Duarte  
Secretário